



## PROJETO DE LEI Nº 09, DE 19 DE MAIO DE 2025

**EMENTA:** Altera o §2º do art. 57 da Lei Municipal nº 1.069/2005, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Exu/PE, para excetuar as horas extras da base de cálculo da contribuição previdenciária.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE EXU**, Estado de Pernambuco, o Sr. José Pinto Saraiva Júnior, no uso de suas atribuições constitucionais, submete à apreciação do **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL** o presente Projeto Lei, nos seguintes termos:

**Art. 1º** O §2º do art. 57 da **Lei Municipal nº 1.069/2005**, passa a vigorar acrescido do **inciso XI**, com a seguinte redação:

**Art. 57.** Constituem contribuições para o RPPS:

§2º - Entendem-se como base de contribuição, o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, e das vantagens pessoais permanentes percebidas pelo segurado, excluídas:

**XI – horas extras.**

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Exu-PE, 19 de maio de 2025.

**JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR**



Prefeito Municipal

## JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 09, DE 19 DE MAIO DE 2025.

Senhora Presidente,  
Senhores(as) Vereadores(as),

Encaminhamos à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei que trata da exclusão das horas extras da base de cálculo da contribuição previdenciária dos segurados do RPPS do Município de Exu, portanto, O presente Projeto de Lei tem como finalidade ajustar a legislação previdenciária municipal, excluindo expressamente a **verba de horas extras** da base de cálculo da contribuição previdenciária dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Exu/PE.

A alteração proposta visa adequar a legislação municipal à interpretação consolidada pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**, no julgamento do **RE 593.068/MG**, com **repercussão geral reconhecida (Tema 163)**. Na ocasião, o STF firmou a seguinte **tese jurídica**:

**"Não incide contribuição previdenciária sobre as parcelas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria dos servidores públicos."**

Com base nesse entendimento, o STF assentou que **verbas de natureza transitória, como horas extras, adicional noturno, gratificações eventuais, entre outras, não integram o salário-de-contribuição** dos servidores vinculados a Regimes Próprios de Previdência, **por não serem incorporadas à aposentadoria**.

A decisão possui **efeito vinculante** para todos os entes federativos que mantêm RPPS, e sua observância é obrigatória para fins de legalidade e segurança jurídica. A exclusão das horas extras da base de cálculo da contribuição previdenciária também previne o acúmulo de passivos judiciais decorrentes de cobranças indevidas e resguarda a Administração Pública de futuras obrigações financeiras, além de observar os princípios da legalidade, contributividade e seletividade das bases previdenciárias.

Além disso, a medida contribui para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, ao garantir que apenas as **verbas permanentes e incorporáveis** componham a base de contribuição e, consequentemente, de cálculo dos benefícios previdenciários.

Diante disso, submetemos o presente projeto à apreciação desta Casa Legislativa, confiantes de sua aprovação.

Atenciosamente,





**JOSÉ PINTO SARAIVA JÚNIOR**  
Prefeito Municipal de Exu

